

O PTB/ES E A CLASSE TRABALHADORA CAPIXABA (1945-1964)

Lucian Rodrigues Cardoso¹

Resumo

Para contrapor-se à leitura que retrata o período no Espírito Santo como um misto de coronelismo e populismo empenhado pelas elites agrárias e mercantis-exportadoras, este artigo aborda o Partido Trabalhista Brasileiro em sua seção capixaba e apoia-se em novos estudos sobre o protagonismo da classe trabalhadora capixaba (mesmo que em condições desfavoráveis). Assim, propõe uma leitura mais ampla e complexa da política do Espírito Santo do que por meio da típica dicotomia classe dominante (arbitrária e astuta) x classe trabalhadora (incapaz e ludibriada).

Palavras-chave: Espírito Santo; PTB capixaba; classe trabalhadora capixaba

INTRODUÇÃO

A comunicação diz respeito a uma parte de um artigo intitulado *O ministro que conversava; os “coronéis” que mandavam; os trabalhadores que lutavam*, que fala sobre O Partido Trabalhista Brasileiro do Espírito Santo e a classe trabalhadora capixaba durante a atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e tenta repensar novas abordagens para esse período de 1945 à 1964 no Espírito Santo.

No artigo traça-se o plano nacional e, em seguida, faz-se as devidas articulações com o regional. Para esta comunicação, trago apenas os trechos que versam, no geral, sobre o cenário político do Espírito Santo de 1945 a 1964, encaixando-o em um breve estudo do PTB e da classe trabalhadora capixabas.

Em linhas gerais, em abordagens já consagradas, o período 45-64 no Espírito Santo é retratado como um misto de coronelismo e populismo empenhado pelas elites agrárias e mercantis-exportadoras, que dominou a política do estado por meio da típica dicotomia classe dominante (arbitrária e astuta) x classe trabalhadora (incapaz e ludibriada). A intenção é pensar se essas abordagens não acabam por podar um estudo mais profundo

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da UFES. Vitória. E-mail: lucianrc2004@hotmail.com

de um partido político e, por conseguinte, ocultar a autonomia e experiência de lutas dos trabalhadores capixabas durante o período.

PLANO GERAL DA POLÍTICA CAPIXABA ENTRE 1945 E 1964

Entre 1945 e 1964, o sistema partidário do Espírito Santo era centrado no PSD, como legenda dominante, com vários partidos menores que compunham basicamente oposições ao PSD. A base do poder eram os proprietários rurais espalhados ao longo do território da seguinte forma: sul: propriedades agrárias mais antigas e decadentes; centro-serrana, com pequena propriedade familiar, região norte (Linhares e São Mateus), com propriedades maiores; região nordeste, de ocupação mais recente (PEREIRA, 2004).

As elites regionais ocupavam o poder local e negociavam posições com as lideranças do PSD, que reunia a maior parte dos proprietários rurais, por meio do controle de seus partidos menores. A política urbana, por sua vez, era mais rica na cidade do sul capixaba, Cachoeiro de Itapemirim (onde havia um PSB e PCB razoavelmente fortes), e na capital, Vitória. Na fase da legalidade, o PCB chegou a eleger um deputado estadual e, depois, dois vereadores na Grande Vitória por outras legendas, o que mostra o potencial crescente da política urbana, junto com o peso do PSB em Cachoeiro (PEREIRA, 2004).

Em 1950, conforme o censo do IBGE, o Espírito Santo possuía uma população urbana de 23%. Em 1960, a mesma estava na casa dos 32% (MORAES, 1999, p. 29). Além disso, o estado apresentava uma dinâmica política em que os partidos possuíam grande fragmentação interna, “apesar da estrutura social apresentar uma conformação pouco diferenciada em virtude da dominância da economia primário-exportadora” (SILVA, 1995, p. 286).

Diante disso, a partir da década de 1950, as práticas incipientes de se apoiar nas camadas populares foram encontrando solo fértil no Espírito Santo, uma vez que ocorreu um crescimento da população urbana, aumentando, com isso, as possibilidades de concretização dessas práticas nos campos políticos e eleitorais.

CORONELISMO E POPULISMO NO ESPÍRITO SANTO ENTRE 1945 E 1964

Na análise de Marta Zorzal e Silva (1995), o período de redemocratização de 1945 a 1964 foi marcado pelo embate entre as classes agrofundiárias e as classes mercantis-exportadoras. Enquanto a primeira mantinha “como forma de relacionamento com as classes dominadas práticas coronelísticas”, as outras, por sua vez “tenderam mais à formação de amplas alianças e, através desse processo, inovaram suas práticas políticas”, ou seja, “tenderam [...] a mesclar práticas coronelistas com populistas frente ao corpo eleitoral” (SILVA, 1995, p. 164). Para a autora, durante os governos de Vargas (1930 – 1945), a relação entre classes dominantes e classes dominadas sofreram poucas alterações. Após o fim das interventorias, conforme sustenta, no momento da reabertura, “as oligarquias espírito-santenses retomaram práticas que haviam vigido durante a Primeira República”. Ou seja, “a forma coronelística de articulação e mediação renasce revestida no invólucro do pluripartidarismo democrático iniciado em 1945” (SILVA, 1995, p. 165).

Assim como José Murilo de Carvalho (1998), defende-se uma abordagem histórica do coronelismo. Este, segundo o autor, é correntemente confundido com mandonismo e clientelismo. Coronelismo, ao contrário da ideia de permanência no período pós-45 de Marta Zorzal e Silva (1995), ressalta Carvalho (1998) citando a obra de Victor Nunes Leal, é um sistema político nacional que nasceu do federalismo implantado com a Primeira República e da decadência econômica dos fazendeiros. Desta maneira, era um sistema tributário a um tipo de relação entre governo e coronéis, pertencente a um contexto específico e, por isso, não existiu antes de 1889 e nem depois das prisões dos coronéis baianos, em 1930 e, sobretudo, com a implantação do regime de 1937.

Assim, o que Marta Zorzal e Silva (1995) cita como práticas coronelísticas para descrever a relação entre governo, elites políticas e corpo eleitoral no Espírito Santo de 1945 a 1964, podem ser entendidas como mandonismo e clientelismo, elementos característicos do coronelismo, mas que perpassam a história política do país. Não duvidamos que, típico do mandonismo, houvessem elementos locais oligárquicos e personalistas que, devido a posse da terra ou de outros recursos fundamentais à existência, exerciam um poder pessoal e arbitrário que impedia, de certa maneira, a seus dependentes o acesso ao mercado e à sociedade política. (CARVALHO, 1998). Nesse mesmo sentido, não se pode descartar a influência do clientelismo na política capixaba, sendo este semelhante ao

mandonismo, entretanto, sua especificidade residindo na bilateralidade da relação, além de poder variar para mais ou para menos, dependendo do contexto político. Assim, “as relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população” (CARVALHO, 1998).

A título de exemplo, em uma análise acerca de um governo inserido no período de 45 a 64, Zorzal e Silva (1995) analisa o governo de Jones dos Santos Neves, de 1951 a 1955, que congregava o PSD (seu partido) e o PTB.

Zorzal e Silva (1995) retrata a vitória eleitoral do PSD com o PTB na eleição de Jones como uma “astúcia dos líderes do PSD” por estes conseguirem angariar votos dos aliados do interior do estado, além dos votos urbanos angariados pelo PTB” (SILVA, 1995, p. 247). Em outro trecho, falando da política de habitação de Jones, a autora afirma que esta “respondeu, de certa forma, às demandas populistas colocadas pelas lideranças petebistas no sentido de atender concretamente os interesses das classes trabalhadoras” (SILVA, 1995, p. 266).

Em Jorge Ferreira (2001) nos apoiamos, visto que o autor enfrenta os dilemas impostos pelas análises que partem de uma noção de “populismo” para explicar a relação entre Estado e classe trabalhadora. Nesta noção, em linhas gerais, durante o período de 1930 a 1964, o Estado é retratado como um ente dotado de plenos poderes em face de uma sociedade amorfa e débil. Assim, o movimento sindical e operário é visto como manipulado, cooptado, iludido e amedrontado, portanto, incapaz de “livrar-se das amarras ideológicas tecidas”, sobretudo durante a era Vargas (FERREIRA, 2001, p. 62). Devido a essa falta de consciência, teriam os trabalhadores sido desviados de um caminho que deveria ser trilhado pela classe.

Para o autor, é mais fecundo pensar que “os trabalhadores, os camponeses e as pessoas comuns também produzem suas próprias crenças, valores e códigos comportamentais” (FERREIRA, 2001, p. 97). Para Ferreira (2001), mesmo havendo intervenção estatal através de repressão e persuasão a partir de 1930, sobretudo no Estado Novo, “em qualquer experiência histórica, os assalariados sofrem influência dos contextos sociais, políticos e ideológicos em que vivem”. Desta forma, no caso brasileiro, “tratou-se de uma relação, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns” (FERREIRA, 2001, p. 103). Desta maneira, o que seria populismo, fruto da “astúcia”, como defendido por Zorzal e Silva (1995) para definir a relação classes dominantes-classes dominadas no Espírito Santo, Ferreira (2001) define como “trabalhismo”,

defendendo uma abordagem em que os trabalhadores sejam vistos vivendo sua própria história, deixando “de ser considerados simples objeto de regulamentação estatal” ou de uma classe (FERREIRA, 2001, p. 103).

O PTB CAPIXABA ENTRE 1945 E 1964: NOVAS PERSPECTIVAS DE ABORDAGENS

O bloco de sustentação do governo de Jones dos Santos Neves, como dito anteriormente, era o PSD e o PTB². Zorzal e Silva defende a criação do PTB como a agremiação que asseguraria “em benefício da classe dominante, o voto da classe trabalhadora.” (SILVA, 1995, p. 169)

O jornal capixaba *Folha do Povo*³ nos apresenta um Partido Trabalhista Brasileiro comandado em sua seção capixaba por três figuras durante o período de 1952 e 1953, período de circulação do jornal: Edson Pitombo Cavalcanti, homem de confiança de Vargas, funcionário de carreira do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, à época, também diretor geral do SAPS⁴ e presidente do PTB capixaba; Argilano Dario, deputado estadual petebista e secretário geral e 3º tesoureiro em 1953; e Floriano Rubim, coronel da Polícia Militar, também deputado estadual petebista e 1º tesoureiro e 1º vice-presidente em 1953.⁵ Ao contrário da ideia de um partido comandado por “coronéis” - sejam eles no sentido figurado do termo ou na patente exercida por qualquer membro -, criado para arregimentar o voto da classe trabalhadora em favor da classe dominante e que mesclou práticas coronelistas com populistas frente ao corpo eleitoral, percebe-se a

² Ao que se consta até agora, o Partido Trabalhista Brasileiro em solo capixaba foi criado em final de 1945 e início de 1946, através de uma convocação de Getúlio Vargas ao oficial da Polícia Militar Floriano Lopes Rubim e ao sindicalista Saturnino Rangel Mauro, incumbindo-os da organização da agremiação trabalhista no Espírito Santo. Em sua formação, o PTB capixaba possuía diversos quadros tributários aos mais diversos interesses. Enquanto Saturnino Mauro e Nelo Volla Borelli organizavam o setor operário, a burguesia rural e a representação do norte ficaram por conta de Floriano Lopes Rubim. Rubens Rangel entrou representando o interior sulino; Mario Gurgel e Argilano Dario ingressavam como lideranças populares da Capital e os irmãos José e Luiz Buaiz defendiam os interesses das classes empresariais. (MEDEIROS, 2002)

³ O acesso a este se deu pelo portal da Hemeroteca Digital. Neste portal há indicações de que o jornal inicia sua circulação na capital do Espírito Santo em 05 de fevereiro de 1952, finalizando-se em 31 de dezembro de 1953. Não há indicativos, porém, de que este fora o último número do jornal. Sua idealização e organização dizia respeito ao petebista e empresário José Alexandre Buaiz. Já sua direção pertencia ao jornalista Armenio Clovis Jouvin em 1952 e a José Rodrigues Sette em 1953.

⁴ Serviço de Alimentação da Previdência Social. Autarquia criada por Vargas a partir de 1940 que congregava restaurantes populares com espaços de lazer e de promoção cultural.

⁵ Partido Trabalhista Brasileiro. *Folha do Povo*, Vitória, capa, 05 jan. 1953.

atuação de elementos sindicais na Diretoria Executiva, tal como Altamir Faria Gonçalves⁶, figura de proa do sindicalismo bancário capixaba da época, e Nelo Volla Borelli, sindicalista e ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim.

A própria posição do jornal, pertencente a um reconhecido empresário capixaba (José Buaiz), é sintomática dessa complexidade de interesses da agremiação trabalhista e de sua fragmentação, tal como acontecia no plano nacional. Se durante os primeiros meses de 1952, o jornal saúda a reestruturação do partido por Edson Pitombo, tal como sua boa relação com o governo⁷, quando o grupo hegemônico do PTB decide romper com o Governo Jones dos Santos Neves e formar a Coligação Democrática, inicialmente com o PSP, PR, UDN e PRP visando as eleições de 1954, o jornal engrossa o tom de críticas contra a agremiação trabalhista, chamando, em uma oportunidade, o seu presidente de “soba⁸ da Fonte Limpa”⁹.

Atribuir a estes conflitos a imagem de uma disputa puramente das clivagens sociais entre elites agropiúdiárias e mercantis-exportadoras, ou de classes dominantes (astutas) e classes dominadas (iludidas), seria dar margem ao que Angelo Panebianco (2005) chama de *preconceito sociológico*. Neste, os conflitos internos dos partidos são abordados essencialmente como disputas entre representantes de interesses sociais diversos, esquecendo-se as “desigualdades no seu próprio interior: desigualdades definidas como organizativas, para diferenciar das relacionadas ao sistema de estratificação social” (PANEBIANCO, 2005, p. 4 e 5). Desta maneira, as desigualdades sociais refletem, sim,

⁶ Altamir Faria Gonçalves foi presidente do Sindibancários/ES, ao que parece, de 1941 até 1951 (a documentação está incompleta). Em 1945, quando Vargas perdeu o apoio da direita e uma aliança estratégica surgiu entre seus seguidores no sindicalismo e o PCB, foi constituído o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT). Esta organização abriu uma filial em Vitória. No mês de junho, Altamir foi escolhido secretário geral da sua comissão organizadora. Com ele, também de linha reformista, estava Rodrigo Sá Cavalcanti, oriundo dos eletricitários. Pelos comunistas: Clementino Dalmácio Santiago e Hermógenes Lima Fonseca. Nas eleições de janeiro de 1947, Altamir obteve a quinta suplência na Assembleia Legislativa pelo PTB. Meses depois, na eleição municipal, obteve uma vaga de vereador em Vitória, em mandato que durou de 1948 a 1950. Sempre pelo PTB, ele foi sexto suplente de deputado estadual em 1954. No ano seguinte, foi nomeado para um cargo de Diretor de Divisão na Prefeitura de Vitória (o PTB fazia parte da coligação que elegeu o governador, que indicava o prefeito). A linha de atuação do grupo de Altamir pode ser classificada como a de um reformismo moderado, pois defendia os princípios fundamentais do trabalhismo e não se furtou a dirigir duas greves: a de 1946 e, possivelmente, a de 1951. Sob influxo do debate político nacional e do sindicalismo bancário comandado pela esquerda em São Paulo e Rio de Janeiro, o grupo liderado por Altamir deu, em conjunturas de mobilização, respostas que seriam até surpreendentes, considerando seu perfil político.

⁷ O PTB de Hoje. *Folha do Povo*, Vitória, capa, 05 fev. 1952.

⁸ Indivíduo que, em condição de superioridade econômica ou política, exerce domínio sobre a população.

⁹ Renunciará a suplência de Senador? *Folha do Povo*, Vitória, capa, 17 jun. 1953.

nos partidos, entretanto, estes não são seus simples reflexos. Nesse sentido, em outra oportunidade, o grupo do PTB ligado ao jornal pontua sua crítica à direção partidária, posto que um de seus aliados, o também petebista Adelpho Poli Monjardim¹⁰, “foi excluído de qualquer cargo”, tanto na direção do PTB, quanto no Governo de Jones¹¹.

O trecho acima citado, pode ser visto como um exemplo de um dos dilemas organizativos apresentados por Panebianco (2005), em que sobreviver ou cumprir os objetivos depende da tensão entre a distribuição de incentivos seletivos e coletivos, ou seja, de cargos. Enquanto os incentivos coletivos cumprem a função de assegurar a participação coletiva, tal como têm o caráter de produzir identificação dos defensores com a organização através de projetos que visam cumprir certos ideais, os incentivos seletivos são distribuídos de forma desigual e apenas para alguns membros. Os seletivos, portanto, se tratam de meios de garantir a continuidade organizativa e o equilíbrio entre as hierarquias internas, que disputam entre si o controle dos cargos na burocracia partidária ou na administração pública.

Percebe-se a disputa entre os dois grupos também como disputa pelos incentivos. O grupo de Pitombo, Dario e Rubim, ao que parece, dominava também a indicação dos cargos da burocracia estatal (Altamir Faria Gonçalves, delegado regional do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários), Pitombo (diretor geral do SAPS) etc. Ao que parece, não eram apenas os interesses de classes, o que não se nega, mas haviam também outros temas em jogo, reivindicados pelos petebistas que usavam o jornal *Folha do Povo*. Enxergar as disputas partidárias como apenas fruto de conflitos classe dominante x classe dominada, tal como a relação entre Estado-classe trabalhadora como uma relação de mão única, oculta a autonomia e escolhas operadas pelos próprios trabalhadores, também protagonistas de suas histórias.

¹⁰ Político e escritor, era filho do Barão de Monjardim. Pertencendo a uma das famílias mais abastadas e tradicionais do Espírito Santo, o então petebista, na segunda metade dos anos 1950, migrou para a UDN e foi indicado prefeito de Vitória de dezembro de 1955 a junho de 1957. Tornou-se novamente prefeito da capital de 1959 a 1963, desta vez, por eleição.

¹¹ Desarvorado continua o PTB. *Folha do Povo*, Vitória, capa, 16 jun. 1953.

NOVAS ABORDAGENS SOBRE A ATUAÇÃO DOS TRABALHADORES NO PERÍODO DE 1945 – 1964

Nesta proposta, trazemos a luz alguns trabalhos acerca da classe trabalhadora capixaba, que retratam o período de 1945 a 1964. Vinicius Machado (2014) estudou a atuação do comunista do PCB Antônio Ribeiro Granja no período que vai de 1948 a 1950. O estudo torna-se fecundo porque, nele, Machado (2014) propõe analisar se, no período acima citado, foi possível para o comunista “explorar os temas do projeto político do partido – campanha pela paz, a defesa do petróleo brasileiro e a luta anti-imperialista - durante a campanha e na sua atuação como parlamentar” em uma cidade tipicamente agrária da Grande Vitória. Entretanto, há que se ressaltar a industrialização incipiente na cidade, contando com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) desde 1942 e Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), instalada em 1946, o que garantia relativo número de ferroviários e metalúrgicos. (MACHADO, 2014, p. 277).

Ou seja, Machado propôs estudar como Granja, vereador comunista, eleito pela UDN, cumpriu tarefas partidárias em uma cidade majoritariamente agrária. Em seu estudo, concluiu que Granja mesclou práticas programáticas com algumas “mais pragmática, realista” (MACHADO, 2014, p. 277), ou seja, clientelistas, conforme ele mesmo – Granja - diz em entrevista quando afirma que “você tem que entender que aqueles que votavam em mim não era só por voto ideológico não. É por que eu era um cara bom, que ajudava os outros e também arrumava emprego na CVRD” (MACHADO, 2014, p. 299). Granja se configura ainda hoje como um dos vereadores mais votados da história do município em termos proporcionais. O vereador comunista, devido ao clientelismo eleitoral, não foi menos efetivo em suas ações na defesa da classe trabalhadora na Câmara Municipal. Seu sucesso foi, ao que parece, entender a cultura política corrente na classe trabalhadora, em que práticas de clientelismo não estavam opostas a defesa dos interesses de classe, nem tampouco significava falta de consciência de classe. Ou seja, apesar das “zonas rurais dominadas pelo latifúndio e por relações de trabalho não predominantemente capitalistas”, havia espaço para a atuação de um militante comunista que utilizasse “outros métodos para realizar a política realista e chegar até esse eleitorado”, sendo que “sua atuação como parlamentar vai ser marcada por um discurso em sintonia com a leitura da realidade brasileira e do projeto político do PCB” (MACHADO, 2014, p. 303).

Em outra experiência da classe trabalhadora capixaba, reporta-se a uma pesquisa feita com o Sindicato dos Bancários do Espírito Santo¹². No período proposto por este trabalho, o Sindibancários/ES, entre 1953 e 1959, teve José Maria Pacheco Sobrinho, Hélio Soares e Cícero Octaviano Dias Chaves presentes em três mandatos, sendo os responsáveis, conscientemente ou não, por um processo de transição entre o modelo anterior de atuação da entidade, de um reformismo moderado, para uma postura diferente. Em 1956, este grupo chegou a bater chapa na eleição para o Sindicato, o que aconteceu pela primeira vez e mostrou que estava ocorrendo um debate sobre os rumos da entidade. Ou seja, havia debate no seio da classe trabalhadora, o que é sintomático de uma reflexão - e não de um “chamamento” do Estado ou da classe dominante.

Além disso, os trabalhadores capixabas não ficaram indiferentes ao processo de unificação dos sindicatos, ocorrido sobretudo a partir da presença de João Goulart no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, entre 1953 a 1954. Visando melhorar a coordenação da categoria, o que foi obtido, em 1957, os bancários criaram a Federação dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo. No ano seguinte, as cinco Federações então existentes fundaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC).

O grupo acima citado participou ativamente de uma mobilização do Banco do Brasil em 1957, com ameaça de greve específica. Além disso, o Sindicato fez parte de uma experiência que deixaria marcas importantes no processo de construção do diálogo horizontal entre as categorias profissionais capixabas, que foi o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Espírito Santo. Ocorrido em 1957, o objetivo era bem ambicioso: discutir a questão dos salários, da previdência social, do desemprego e do custo de vida. Esta pauta demonstra o propósito dos capixabas em se inserir no debate nacional sobre estes temas.

O Congresso surgiu de uma proposta feita em uma comemoração do dia 1º de Maio. Contou com a presença de lideranças reformistas e de militantes do PCB. Como resultado dos seus debates, foi criada uma Comissão Permanente do Congresso Sindical, composta por 25 membros. Esta iniciativa seria seguida, algum tempo depois, por outra, mais estruturada e também com importante presença dos bancários. Este grupo lançou bases

¹² O grupo foi coordenado pelo Prof. Dr. André Ricardo Valle Vasco Pereira (UFES), sendo formado por Charles Torres Bertochi, Júlia Ott Dutra, Lucian Rodrigues Cardoso e Rodrigo Lima. Apesar de concluído, o trabalho final ainda não foi publicado pelo referido sindicato.

para, no período posterior (1959-1964), o sindicato contasse com um grupo de atuação pautada pelo reformismo radical, em consonância com o governo do presidente deposto João Goulart e seus planos de reformas de base.

CONCLUSÃO

Em suma, percebe-se que a classe trabalhadora não era simplesmente aquela classe ludibriada pela astúcia dos “coronéis” capixabas do PSD, do PTB ou outros políticos pretensamente populistas. Havia mobilização, eleição de representantes, debate e luta por parte dos trabalhadores capixabas, obviamente que num ambiente marcado, nacionalmente, por vezes pela repressão aos trabalhadores e, regionalmente, pelas elites agrárias e mercantis-exportadoras. Estas com um grande protagonismo e detentora de diversos recursos em face do número relativamente pequeno de trabalhadores organizados e das relações pré-capitalistas, o que dificultava em muito a atuação por parte dos trabalhadores.

Além disso, percebe-se que no PTB capixaba haviam conflitos de diversas naturezas, que não só os de classe. Ao que parece, e isto carece de estudos mais aprofundados, se algum “coronel” ou “coronéis” mandavam no partido, não quer dizer que não haviam disputas internas por outros interesses, haja vista a presença de trabalhadores até em sua Comissão Executiva. Não se trata de pensar o PTB capixaba como vilão ou mocinho das classes populares, mas da tentativa de não abordar tanto um partido como apenas fruto de interesses de classes (elites ludibriadoras x trabalhadores enganados) numa relação unívoca, como os elementos clientelísticos e mandonistas como essencialmente permanências do coronelismo na arena política. Isto seria ignorar a atuação dos trabalhadores capixabas tanto em âmbito partidário, quanto no âmbito sindical e político em geral. Estes, inclusive, usaram da estrutura burocrática do Estado, dialogaram a classe política e entre si e também utilizaram de práticas clientelistas e empreguistas para obterem ganhos sociais, simbólicos e materiais. Por outro lado, não se trata, ao não subestimar, superestimar a atuação dos trabalhadores. O cenário, sobretudo no Espírito Santo, era dificultoso. A economia era primário-exportadora, as elites agrárias e mercantis-exportadoras dominavam os principais recursos e instâncias de poder, tal como a burocracia estatal e a maior parte dos partidos. Entretanto, haviam margens de manobra

para atuação dos trabalhadores e luta por conquistas reais, conforme vimos com o comunista Antônio Granja e no caso do Sindibancários/ES.

É mais fecundo pensar na hipótese ora levantada de que, em um sistema político oligárquico como o capixaba, dominado pelas elites agrárias e mercantis-exportadoras, o PTB capixaba seguiu o modelo de Gláucio Soares (2001), qual seja aquele em que o PTB optou pela conciliação com as elites locais - ou com frações destas – com intuito de obter capital político, na falta de um maior número de elementos da classe operária que assimilasse e defendesse seu programa, mas isto não impediu o protagonismo desses elementos na política capixaba, sendo também - no caso do Partido Trabalhista capixaba - capaz de gerar lideranças comprometidas com seu ideário na política e no sindicalismo.

Desta maneira, é razoável supor que, se os “coronéis” capixabas mandavam, não quer dizer, porém, que todos se submetiam - ou se submetiam totalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual. In: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 59-124.

MACHADO, Vinicius Oliveira. Um parlamentar comunista: a atuação de Antônio Granja na câmara de Cariacica – ES (1948-1950). In: GIL, Antonio Carlos Amador; JESUS, Graziela Menezes de; PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. (Org.). **Estudos de história política e das ideias**. 1ed. Vitória: LEHPI/UFES, 2014, v. 1, p. 277-305.

MEDEIROS, Rogério. **PTB: um partido que já nasceu conservador**. *Século Diário*, Vitória, 24 fev. 2002. Disponível em:

<http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2001/mes_06/12/partidos/index_ptb01.htm>.

Acesso em: 16 jul. 2013.

MORAES, Paulo S. **Evolução demográfica do Espírito Santo (1940-1991)**. Vitória: IHGES, 1999.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos: governos e assembleias no Brasil Republicano**. 2004. 239 f. Tese de doutorado (Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. 1986. 822f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986.

FONTES PRIMÁRIAS

Jornal *Folha do Povo* (1952 - 1953). Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.